

## Artigo 02

### Trabalho, Cuidado e as Relações de Gênero, Raça e Classe

Rachel Passos Gouveia\*

#### Resumo:

Partindo da compreensão do trabalho enquanto categoria fundante do ser social, em diálogo com Marx e Lukács, o presente artigo propõe o debate sobre a especificidade do cuidado (*care*) na divisão social do trabalho, investigando-o em sua concretude e em suas especificidades no que se refere à divisão racial, sexual e social do trabalho. Uma primeira seção debate a centralidade do trabalho na reprodução societária; a segunda seção se dedica ao papel específico dos trabalhos de cuidado (trabalho doméstico, cuidado de crianças e idosos/as, cuidados de saúde, etc.) para a reprodução social capitalista e a mercantilização dos trabalhos de cuidado; a terceira seção indica quem são as trabalhadoras do cuidado e a divisão racial e sexual que marca esta atividade no capitalismo contemporâneo, sendo fundamental para sua reprodução.

**Palavras-chave:** Trabalho; Cuidado (*care*); Raça; Gênero; Classe

É a partir de Marx e de Lukács que se compreende o trabalho enquanto categoria fundante do ser social. Entretanto, é na cena contemporânea que se constitui

---

\* Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ), professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (PPGSS/UFF) e pesquisadora dos seguintes grupos/núcleos de pesquisa: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Saúde Mental (NEPS/UERJ), do Grupo de Pesquisas Experiências de Trabalhadoras e Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e Saúde (NUEPSSS/UFF). É Pós-Doutora em Serviço Social e Políticas Sociais pela USP (2018), Doutora em Serviço Social pela PUC-SP (2016), com estágio doutoral na Universidade de Coimbra, Mestra em Política Social pela UFF (2011), Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Fiocruz (2009) e bacharel em Serviço Social pela UFF (2007). Autora de distintos livros e artigos sobre cuidado, gênero e raça.

configurações que delineiam o cuidado enquanto trabalho e mercadoria. Nessa direção, nos interessa problematizar os traços predominantes das configurações atuais do trabalho do cuidado no capitalismo contemporâneo, compreendendo-o numa relação de continuidades e descontinuidades, de traços antigos e novos e estabelecidos a partir de relações desiguais.

De acordo com Lukács (2013), o trabalho é a relação direta de interação do ser social<sup>1</sup> com a natureza. É esse pressuposto ontológico primário que se refere às condições vitais para existência e sobrevivência do gênero humano, no qual, por meio do trabalho, ocorre a transformação da natureza, a transformação do indivíduo com ele mesmo e a transformação das relações sociais. Acerca das relações sociais, Lukács apresenta o pressuposto ontológico secundário (como a arte, a literatura, a filosofia, a religião, a práxis política e etc.) que se supõe a partir da práxis interativa e intersubjetiva e seconstituem como complexos que se colocam a partir do trabalho em sua primeira forma.

Ao longo desse processo de transformação da natureza, da transformação do ser social e das relações foi que constituiu-se novas necessidades para a sua existência. Nesse movimento de mudanças, o ser social teve a possibilidade de optar por novos processos, expressos tanto na sua força de trabalho quanto no seu objeto e em seus instrumentos. Por ser um ser capaz de proceder de forma racional, é que ele age teleologicamente, pois à medida que atua sobre a natureza produzindo a transformação da mesma, ocorre em sua consciência, uma projeção ideal do resultado à qual se quer alcançar. Essa forma de transformar a natureza é iminente exclusiva do ser social, o que o diferencia dos animais.

É importante assinalar que o trabalho enquanto base dinâmico-estruturante do ser social só ocorreu após um determinado grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica. Ou seja, é pela consciência que o trabalho se consiste saindo de uma simples competição biológica dos seres vivos para sua sobrevivência no meio ambiente. Portanto, é na prévia-ideação (teleologia) de uma ação que se quer realizar

---

1 Utilizaremos de forma hegemônica a terminologia Ser Social para nos referirmos aos indivíduos. Tem-se a preocupação de não afirmar um olhar que reforce o masculino, o elevando (ainda mais) enquanto universal. É importante assinalar que ao utilizar a palavra homem no que se refere ao humano genérico, apresenta-se uma concepção generalista e não preocupada com a divisão social e sexual do trabalho e das relações. Destaca-se que ao considerar que as relações sociais são determinadas historicamente, é preciso problematizar de que forma elas se colocam diferenciadas para homens e para mulheres.

que se atribui à consciência um papel decisivo a materialização dessa idealização (LUKÁCS, 1978).

Nesse movimento de busca pelas satisfações humanas materiais constituíram-se novos processos, objetos e instrumentos, e claro, novas e diversas necessidades e capacidades. Ao transformar a natureza na busca da satisfação de suas necessidades, o ser social se transforma e modifica, produzindo as relações sociais, constituindo sua humanidade e construindo a história.

No livro “*A Ideologia Alemã*”, os autores assinalam que o primeiro pressuposto de toda a história humana é a própria existência dos indivíduos. É na organização corporal desses sujeitos, e, por meio dela que se estabelece a relação com a natureza. Ou seja, “toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Entretanto, para o ser social “fazer história”, antes de tudo é preciso alimentar-se, beber, vestir-se, morar e outras coisas mais. O primeiro ato histórico é a produção dos meios que possibilitem a satisfação das necessidades materiais. “O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir”. É claro que, esse modo de produção não pode ser reduzido apenas ao aspecto da reprodução física, mas antes de tudo é “uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar a vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Essas determinações também se implicam sobre as relações sociais. Há um entrelaçamento das relações sociais com o comportamento produzido pelas condições materiais que resultam em formas de ser determinadas, que condicionam os indivíduos, seus comportamentos, representações e ideias, a partir do desenvolvimento das forças produtivas e por seu intercâmbio. Portanto, a consciência é moldada e determinada de acordo com a realidade vivenciada pelo ser social (MARX; ENGELS, 2007).

Em relação ao segundo ato histórico, o mesmo está relacionado a ação de satisfazer a primeira necessidade e o instrumento de satisfação adquirido anteriormente dirigindo a criação de novas necessidades. Logo, a produção de novas necessidades integra a composição do primeiro ato histórico (MARX; ENGELS; 2007, p. 33).

O terceiro ato está relacionado ao desenvolvimento histórico dos indivíduos, onde na própria renovação da vida cotidiana, inicia-se o processo de criação de outros seres, de procriar (a relação entre homem e mulher, pais e filhos) e de fundar a família.

É através da família que se constitui, inicialmente, “a única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades, uma relação secundária” (MARX; ENGELS, 2007, p.33).

Nesse processo há uma coexistência em relação a esses três momentos: “a produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social”. Essa relação social, para os autores, é expressa no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos. Portanto, é através desse processo de cooperação que podemos localizar elementos que identificam o cuidado enquanto resultado da coexistência do trabalho e das relações sociais (MARX; ENGELS, 2007, p.34).

Pensar o cuidado enquanto resultado da coexistência trabalho e relações sociais possibilita-nos apontar as seguintes questões: 1º - enquanto procriação, existe a necessidade de se pensar a sobrevivência dos indivíduos que não podem executar o trabalho para satisfazer as suas necessidades ontológicas primárias, logo, precisam que um outro trabalhe para satisfazê-los; 2º - enquanto relação social será determinado como, por quem, onde e de que forma o cuidado deve ser executado. Logo, resulta-se de determinadas necessidades sociais estipuladas a partir do desenvolvimento da sociabilidade e das forças produtivas.

Cabe assinalar, que a constituição da família<sup>2</sup> foi fundamental para a organização dessa atividade, estabelecendo-a enquanto atribuição social a um de seus membros e as suas formas de execução<sup>3</sup>. É nesse espaço que se torna possível reproduzir modos de vida social.

Entretanto, foi no contexto da sociedade capitalista que a família nuclear se estabeleceu e perpetuou-se, sendo-lhe atribuída um papel extremamente importante na

---

2 De acordo com Almeida (2014, p. 189), “(...) a família dispõe de um lugar “natural” de proteção dos sujeitos. De acordo com os estudos antropológicos, além de ser um grupo social, a família constitui-se em um “valor”. De modo que a intensificação do cuidado pela família reatualiza velhos conceitos, como características e aptidões naturais de gênero ou ainda solidariedade intergeracional, entre outros. Elementos que configuram o “sentimento de família”, as definições sobre o que uma família é para um sujeito, marcadamente um grupo com o qual se pode contar, onde se oferece ajudaetc.”

3 “Com a divisão do trabalho, (...) que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem” (MARX; ENGELS, 2007, p. 36).

reprodução dos valores criados<sup>4</sup>. Essa forma de organização societária tem como fundamento a existência das desigualdades de classes distintas e antagônicas ocasionando uma não satisfação das necessidades de todos os indivíduos. Além disso, sustenta-se pelo caráter individualista da apropriação privada dos meios de produção e da mercantilização dos produtos e da força de trabalho.

Marx (2013) em “*O Capital*”, aponta que o processo de transformação da natureza, que advém de uma dada necessidade ontológica e que se resulta enquanto produto do trabalho, no capitalismo, é apropriado e torna-se mercadoria ficando encoberto o trabalho humano e assumindo forma de relações sociais os produtos do trabalho. É nesse processo que se tem assentado a alienação, a desumanização e a desigualdade social, que resultam no enriquecimento e na satisfação de poucos em detrimento das reais necessidades sociais da grande maioria. Portanto, reproduz-se um modelo de sociabilidade, - principalmente através da família -, que afirma e sustenta essa lógica organizacional. Nesse caminho, é imprescindível localizarmos a introjeção do cuidado enquanto mercadoria no cenário internacional.

### **A mercantilização do cuidado**

A partir do início da década de 1970, o capital se subjugou em resposta à sua própria crise a um processo de reorganização produtiva em escala global, tendo repercussão não só no sistema econômico, mas também no plano ideológico e político de dominação. Suas expressões mais radicais colocam-se expressas no neoliberalismo, na reforma do Estado, na desregulamentação dos direitos trabalhistas, na desmontagem do setor produtivo estatal e no processo de reestruturação da produção e do trabalho (ANTUNES, 2013).

Essa proliferada ofensiva do capital e do Estado contra a *classe-que-vive do trabalho*<sup>5</sup>, teve enquanto propósito a destruição dos direitos conquistados por meio da precarização e da flexibilização<sup>6</sup>, expressos através de distintas formas de contratação:

4 De acordo com Morgado (2004, p. 2) “considera-se a família uma instituição social, que se modifica de acordo com a transformação histórica de cada sociedade, estando atravessada pelas relações de poder e dominação tal como as demais instituições sociais”.

5 “Desde logo é preciso indicar que a classe trabalhadora compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da força de trabalho, a classe-que-vive-do-trabalho e que são despossuídos dos meios de produção” (ANTUNES, 2009, p.51).

6 “Dentre as distintas formas de flexibilização – em verdade precarização – podemos destacar a salarial, de horário, funcional ou organizativa, dentre outros exemplos. A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; a liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho

empresa enxuta, empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntário, subcontratação, trabalho temporário e etc. (ANTUNES, 2009).

Destaca-se que apesar do aumento intensivo dos níveis de desemprego estrutural ocorreu, ao mesmo tempo, o avanço tecnológico que poderia contribuir com a redução da jornada de trabalho. Todavia, “pode-se presenciar, em vários países, como a Inglaterra, uma política de *prolongamento da jornada de trabalho*” (ANTUNES, 2013, p. 15). Tais características demarcam a era da acumulação flexível, sendo estas algumas das respostas dadas a crise estrutural do capital que se perdura até os dias atuais.

Nessa nova morfologia do trabalho<sup>7</sup> ocorreu o aprofundamento da divisão sexual do trabalho, proporcionando um aumento significativo da participação das mulheres no mercado e resultando na demissão em massa de homens. Isso significa, que por um lado as mulheres encontram cada vez mais empregos e os homens cada vez menos. Entretanto, de que forma se deu essa inserção feminina no trabalho?

De acordo com Nogueira (2013), foi nesse contexto que se instaurou “a feminização do mundo do trabalho”<sup>8</sup>, no qual as mulheres ocuparam os empregos precários e de maior flexibilização. Essa intensificação da presença feminina no mundo trabalhista não se deu por acaso, já que, ela possibilitou a incorporação e o aumento da exploração das mulheres em ocupações de tempo parcial, em trabalhos domésticos subordinados ao capital, além da participação em massa nos setores de serviços.

Em uma perspectiva que analisa esse fenômeno no cenário internacional é que Hirata (2010) problematiza os paradoxos do emprego feminino na era da acumulação flexível. Para essa pesquisadora existe uma indissociabilidade em relação a divisão sexual do saber e do poder entre homens e mulheres expressos tanto na sociedade quanto nas relações familiares. Ou seja, as “responsabilidades tradicionais das mulheres pela educação das crianças estruturam mercados de trabalho e que são desvantajosos para as mulheres, resultando em um poder desigual no mercado econômico”, o que, não deixa de reforçar o poder desigual existente no seio familiar (HIRATA, 2010, p.1).

---

exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), dentre tantas as formas de precarização da força de trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 50-51).

7 “Compreender a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e são desprovidos dos meios de produção. Nessa (nova) morfologia da classe trabalhadora, sua conformação é ainda mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada do que aquelas que predominou nos anos de apogeu do taylorismo e do fordismo” (ANTUNES, 2003, p. 218).

8 Para maior aprofundamento buscar Cláudia Mazzei Nogueira em “*A Feminização no Mundo do Trabalho*” (2004).

Em seu artigo “*Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho*”, Helena Hirata (2010) destaca quatro aspectos das configurações atuais da divisão social e sexual do trabalho em um contexto internacional: 1º – Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico; 2º - Precarização social e do trabalho; 3º - A expansão do *care* e das migrações internacionais femininas e 4º- A globalização e a divisão sexual do trabalho. Trataremos de forma breve cada um desses fenômenos.

No que diz respeito a divisão sexual do trabalho profissional e doméstico pode-se destacar uma certa bipolarização que é resultado dos processos educacionais. As mulheres são mais instruídas do que os homens em todos os níveis de escolaridade em diversos países. Entretanto, de um lado encontram-se mulheres formadas com nível superior e do outro lado mulheres que estão em setores tradicionalmente femininos (empregadas domésticas, auxiliares de enfermagem, professoras de ensino básico, prestadoras de serviços etc.). Esse fenômeno ocasiona um agravamento no que diz respeito às desigualdades sociais, tanto entre mulheres e homens, quanto entre as próprias mulheres (HIRATA, 2010).

No caso das profissionais de nível superior e que possuem salários melhores ocorre uma delegação das atividades domésticas e de cuidados para as mulheres que compõem o outro pólo da bipolarização. Apesar das mulheres conquistarem a ocupação do mercado de trabalho, - ainda que de forma contraditória e precária -, são elas que predominam na efetivação do trabalho doméstico. No caso brasileiro é importante assinalar que não existe apenas a desigualdade de classes entre as próprias mulheres: há também a desigualdade racial /étnica.

Para o exercício de atividades fora do espaço doméstico, é trivial que as mulheres precisem delegar tarefas da administração de suas casas a outras mulheres. No caso brasileiro, essas são práticas de longa duração histórica que reafirmam a *maternidade transferida*, forma de as mulheres atribuírem-se mútuas responsabilidades, legitimada nas lutas feministas. Essa transferência atualiza desigualdades seculares nos acessos das mulheres a direitos sociais, próprias das relações de poder e subordinação que presidem a montagem dos sistemas protecionistas (COSTA; 2002, p.303-304).

Sobre a hierarquização do trabalho entre ambos os sexos, é importante frisar que as mulheres, apesar de possuírem maior escolarização, ganham salários mais baixos. Além disso, são as mulheres negras que se localizam na base da pirâmide com as piores remunerações e escolarização, afirmando, portanto, a desigualdade de classe, gênero e raça/etnia (SORJ; FONTES, 2012).

Em relação a precarização social e do trabalho destaca-se a vulnerabilidade, a instabilidade, a má remuneração e o pouco valor social. Existe uma intensificação do trabalho precarizado e flexibilizado aliado a precarização familiar, principalmente no que diz respeito aos novos arranjos familiares. As famílias monoparentais são as mais atingidas, já que, são chefiadas, em sua maioria, por mulheres que precisam trabalhar e cuidar de seus filhos. Os empregos que apresentam maior flexibilidade proporcionam um melhor ajuste em relação as múltiplas jornadas de trabalho dessas mulheres.

O modelo de trabalho vulnerável e flexível assumiu, nos países do Norte, a figura do trabalho em tempo parcial e, nos países do Sul, a do trabalho informal, desprovido de status sem nenhuma proteção social. As trabalhadoras pobres (*working poors*) e as “famílias monoparentais” (termo neutro que oculta o fato de que se trata majoritariamente de mães solteiras) estão aumentando em muitos países do Norte e do Sul (HIRATA, 2009, p. 31).

No tocante a expansão das atividades relacionadas ao *care* (cuidados para crianças, deficientes, idosos, pessoas com transtorno mental e demais sujeitos incapacitados), Hirata (2010) destaca que se concebeu, nas últimas décadas, um fluxo migratório internacional. Carrasco (2001 *apud* HIRATA, 2010, p. 4) denomina essa realidade de “internacionalização do trabalho reprodutivo”.

Esse fenômeno proporciona a saída de milhões de mulheres dos países do hemisfério sul para o norte em busca de trabalho. Como é uma atividade que ainda é assumida, majoritariamente, por mulheres encontra-se vinculada a uma certa “naturalização e essencialização” do *care* como inerente ao modo de ser feminino. Para Hirata (2010, p. 5), tem-se como consequência dessa vinculação “a desvalorização da profissão do *care*”.<sup>9</sup>

No campo das Ciências Sociais, especialmente na Sociologia do Trabalho, os estudos direcionados ao trabalho do *care* vem tendo um crescimento demasiadamente significativo. A problematização do reconhecimento das ditas qualidades femininas (a competência relacional, o provimento do cuidado) enquanto qualidades profissionais se faz necessário urgentemente. Ou seja, as atividades realizadas pelas mulheres que estão atreladas a essas qualidades devem ser reconhecidas enquanto trabalho no cenário

---

9 “O “care”, como atividade profissional, tem um caráter explosivo, pois questiona a gratuidade do trabalho doméstico, a “servidão voluntária” efetuada no espaço privado. O “care” como profissão implica no reconhecimento e na valorização do trabalho doméstico e familiar como trabalho” (ibidem).

contemporâneo. É importante frisar que tem sido através do setor de serviços que esse tipo de trabalho vem sendo convocado e mercantilizado. Setor esse que

permite evidenciar que frequentemente a força de trabalho feminina tem como característica as atribuições mais precárias, sendo responsáveis, em boa parte dos casos, pelas tarefas monótonas, repetitivas e estressantes do trabalho *part-time*, entre outras. Isso só é possível porque as mulheres se encontram diretamente articuladas às relações de poder presentes na histórica afirmação que o trabalho feminino tem menos valor que o masculino em virtude prioritariamente de suas especificidades “naturais” de mãe e esposa (NOGUEIRA, 2013, p. 76-77).

Por fim, Hirata (2010, p. 5) assinala que os efeitos da globalização são diferenciados em relação a homens e a mulheres, e por isso, os fenômenos devem ser analisados com recorte de gênero. “As dinâmicas de classe, de “raça”, e os movimentos migratórios não podem ser compreendidos sem a perspectiva de gênero. O gênero é um organizador chave da globalização neoliberal”.

Já para Nobre (2004), uma primeira constatação do movimento de mulheres, em relação ao contexto neoliberal, deu-se a partir do aumento das múltiplas jornadas decorrentes dos ajustes estruturais. A participação feminina frente a essas mudanças, ocorreu pela intensificação dos cuidados voltados para as crianças, idosos, doentes, bem como da gestão de programas sociais. Portanto, foram geradas algumas consequências, contraditórias e articuladas, diante desse novo cenário: a “crise no padrão de reprodução, a mercantilização da reprodução e o reforço ao papel das mulheres como cuidadoras” (p.64).

Tais características apresentam o crescimento da atividade doméstica e de cuidados sinalizando os sacrifícios que as mulheres assumem numa esfera internacional. Esses sacrifícios nem sempre são retribuídos ao nível financeiro, pois, “uma grande parte desse setor de “care”, constituído pela migração internacional, trabalha na informalidade e em situação precária, um dos traços das novas configurações da divisão sexual do trabalho” (HIRATA, 2010, p.5).

### **Trabalhadoras do cuidado: afinal, quem são elas?**

Bruschini (2007) apresenta em seu estudo um panorama do trabalho feminino, dando destaque a intensidade e constância do crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, no período de 1993-2005. Os dados foram extraídos de indicadores do IBGE por meio do Censo Demográfico, identificando assim a população

economicamente ativa (PEA) no período pesquisado. A autora identificou que em 1995 havia 40% de mulheres na PEA, representando 27,8 milhões, estavam ocupadas; para 59,6% de homens na PEA, sendo 41,9 milhões estavam ocupados. Já no ano de 2005, havia 43,5 % das mulheres na PEA, sendo 36,6 milhões encontravam-se ocupadas; para 56,5% de homens na PEA, onde 50,4 milhões estavam ocupados (BRUSCHINI, 2007, p.540).

Na “Pesquisa Mensal de Emprego”, publicada em 2010 pelo IBGE, apontou-se que a maioria das mulheres pertence a população não economicamente ativa, o que significa, que no ano de 2009, constatou-se que em média, eram 10,6 milhões de mulheres inseridas na força de trabalho, sendo 9,6 milhões ocupadas e 1,1 milhão desocupadas. Em relação as mulheres em inatividade a estimativa foram de 11,3 milhões .

Em dados mais recentes apresentados na “Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílios Contínua”, referente aos anos 2012 e 2013, identifica-se que os homens representam 61,1% da população ocupada no Brasil. A própria pesquisa ressalta que as mulheres são aquelas que apresentam maioria na população em idade para trabalhar, todavia a predominância da ocupação é masculina. Já na publicação que apresenta o panorama das relações de gênero no Brasil, **o IBGE (2014) demonstrou que as desigualdades entre homens e mulheres aumentaram consideravelmente, entre os anos 2000 e 2010, onde as mulheres receberam em média até 70% do salário dos homens.** Além disso, destaca-se que não se mantém apenas as diferenças entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres no quesito raça.

Em 2014, o IBGE<sup>10</sup> publicou uma síntese da pesquisa realizada nos anos de 2012-2013, identificando que a maioria das trabalhadoras com carteira de trabalho assinada são mulheres brancas, sendo elas 58,4%. As negras (pretas ou pardas)<sup>11</sup> compõem a maior proporção de trabalhadoras domésticas, sendo elas 57,0%. Entre as que não possuem carteira assinada, somam 62,3%. Em relação à desigualdade entre as mulheres, no que se refere à escolarização, as negras são de 42,5% das mulheres sem instrução ou com nível de ensino fundamental incompleto, enquanto as brancas são 28,2%.As disparidades também são localizadas no nível superior: as mulheres brancas são 26,0%, considerando que as condições destas são mais favoráveis em relação às

---

10 Informações retiradas da página oficial do IBGE. Disponível em:<saladeimprensa.ibge.br> Acesso em: 30 mar. 2015.

11 Pretas e pardas são terminologias utilizadas pelo IBGE referentes à cor. Utilizaremos o termo negra para nos referirmos a pretas e pardas.

mulheres negras que ficam em 11,2%. Já em relação ao nível de escolaridade das mulheres ocupadas, este é superior ao dos homens, que apresentam uma maior proporção de ocupados sem instrução e sem ensino superior incompleto, 45,5%, enquanto as mulheres aparecem com 34,8%. Portanto, fica evidente a desigualdade de classe e raça em relação ao trabalho feminino.

Em nossa pesquisa de doutoramento<sup>12</sup> identificamos que das 258 cuidadoras que trabalhavam nos serviços residenciais terapêuticos do município do Rio de Janeiro, no ano de 2014, 72% eram negras e 26% brancas. Já em relação a escolaridade constatou-se que 64% possuíam ensino médio completo, sendo que apenas 5% apresentavam o ensino superior completo (PASSOS, 2018).

Em pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e noticiada pelo jornal “O Dia” em 2014, o pesquisador e economista Marcelo Paixão apontou que no país, a cada cinco mulheres negras no mercado de trabalho, uma trabalha como empregada doméstica, o que significa que são 20%<sup>13</sup>. Para o pesquisador este é um percentual relevante, porque “é mais ou menos o percentual coletado no Censo de 1872, antes da Lei Áurea: 25% das escravas trabalhavam como domésticas” (PAIXÃO, 2014)<sup>14</sup>.

Portanto, queremos sinalizar que a perpetuação da subalternidade e invisibilidade do trabalho do cuidado executado pelas mulheres negras na sociedade brasileira está vinculada à construção da nossa formação social. O racismo, o patriarcado e o colonialismo fazem parte da sociabilidade brasileira, por isso torna-se extremamente importante descortinar as desigualdades e opressões que estruturam a nossa sociedade a fim de buscarmos a sua superação e transformação. Entretanto, essa transformação não vem desacompanhada da superação da propriedade privada e do modo de produção capitalista.

Um país que tem na sua estrutura social vestígios do sistema escravista, com uma concentração fundiária e de rendas das maiores do mundo; governado por oligarquias regionais retrógradas e brancas; um país no qual a concentração de renda exclui total ou parcialmente 80% da sua população da possibilidade de usufruir um padrão de vida decente; que tem 30 milhões de menores abandonados, carentes ou criminalizados, não pode ser uma democracia racial (MOURA, 1994, p. 63).

---

12 Na pesquisa de doutoramento levantamos o perfil das trabalhadoras do care/cuidadoras no município do Rio de Janeiro. A pesquisa utilizou-se de metodologia qualitativa e quantitativa. Para maior aprofundamento buscar Passos (2016a).

13 A pesquisa realizada pelo economista Marcelo Paixão foi baseada nos dados extraídos do IBGE.

14 Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/riosemfronteiras/2014-11-23/brancos-tem-renda-853maior-que-a-dos-negros.html>. Acesso em: 16 jun. 2016.

## Bibliografia

ANTUNES, R. Perenidade (e Superfluidade) do Trabalho: Alguns Equívocos sobre a Desconstrução do Trabalho. In: SILVA, J.F.S.; SANT'ANA, R.S.; LOURENÇO, E.A.S. *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social*. Coletânea Nova de Serviço Social, Editora Lumes Juris, Rio de Janeiro, p. 15-27, 2013.

\_\_\_\_\_. O Trabalho, sua Morfologia e a Era da Precarização Estrutural. *Revista Theomai*, Argentina, nº 19, 1º semestre de 2009.

\_\_\_\_\_. A Nova Morfologia do Trabalho e o Desenho Multifacetado das Ações Coletivas. In: SANTANA, M.A.; RAMALHO, J.R. *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. Editora Boitempo, São Paulo, 2003.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set.-dez., 2007.

GUIMARÃES, N.A.; HIRATA, H.S.; SUGITA, K. Cuidado e Cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão. *Revista Sociologia & Antropologia*, v.01.01, p. 151-180, 2011.

HIRATA, H. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Revista Tecnologia e Sociedade*. Curitiba, 2ª edição, p. 1-7, 2010.

\_\_\_\_\_. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. *Revista Sociologia*, Porto Alegre, ano 11, nº21, jan./jun., 2009, p. 24-41.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, nº132, p. 595-609, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico de 2010*. Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica nº33. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2014.

LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. IN: *Temas de Ciências Humanas*, nº 4, São Paulo: Ciências Humanas, p. 1-18, 1978.

\_\_\_\_\_. *Para uma Ontologia do Ser Social II*. Editora Boitempo, São Paulo, 2013.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política – Livro 1: O Processo de Produção do Capital*. Editora Boitempo, São Paulo, 2013

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Editora Boitempo, São Paulo, 2007.

MIOTO, R.C.T. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, nº 124, p. 699-720, out./dez., 2015.

MORGADO, R. Família(s): Permanências e Mudanças. Os lugares sociais de mulheres e homens. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: A Questão Social no Novo Milênio*, Coimbra/ Portugal, 2004.

MOURA, C. Particularidades do racismo brasileiro. *Revista Princípios*, n. 32, p. 62-64, fev/mar/abr, 1994.

NETTO, J.P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2011.

NOBRE, M. Trabalho Doméstico e Emprego Doméstico. In: Costa, A.A.; OLIVEIRA, E.M.; LIMA, M.E.B.; SOARES, V. (orgs.). *Reconfigurações das Relações de Gênero no Trabalho*. São Paulo: CUT, Brasil, 2004.

NOGUEIRA, C.M. A Precarização e a Divisão Sociossexual do Trabalho. In: SILVA, J.F.S.; SANT'ANA, R.S.; LOURENÇO, E.A.S. *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social*. Coletânea Nova de Serviço Social, Editora Lumes Juris, Rio de Janeiro, p. 63-81, 2013.

PASSOS, R. G. Configurações do 'Care' no campo da saúde mental: as mulheres cuidadoras em evidência. *Revista Feminismos*, Salvador, V. 3, nº1, p. 25-35, jan. – abr., 2015.

PASSOS, R. G. *Trabalho, Gênero e Saúde Mental: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino*. Editora Cortez: São Paulo, 2018.

SAFFIOTI, H.I.B. *O Poder do Macho*. Editora Moderna, 11ª edição, São Paulo, 1987.

SORJ, B.; FONTES, A. O Care como um Regime Estratificado: implicações de gênero e classe social. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N.A. *Cuidado e Cuidadoras: As Várias Faces do Trabalho do Care*. Editora Atlas, São Paulo, 2012.